

19-04-2023

AS CARTAS DE DIREITOS (VII) Constituição de Weimar

- 11 de agosto de 1919 -

Chiara Lages

[Bibliotecária]



Na sequência da série Cartas de Direitos, hoje trazemos a Constituição (alemã) de Weimar e seus antecedentes. Promulgada em 11 agosto de 1919, semanas após a assinatura do Tratado de Versalhes (28/06/1919) - acordo de paz que encerrou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) impondo à Alemanha a aceitação das responsabilidades como causadora do Conflito - a Constituição do Reino¹ de

Weimar selava a proclamação da primeira República Alemã.

O povo alemão acorreu às ruas e a aclamou em júbilo ([veja](#)), apesar das pesadas indenizações (cerca de 33 milhões de dólares), reconhecimento da independência da Áustria, expropriações territoriais (parcelas de territórios para os países fronteiriços, perda das colônias alemãs na África e Ásia e redução do exército) impostas pelo Tratado de Paz. Alguns historiadores sustentam que a 'pacificação' foi compreendida pelos alemães como humilhação, desempenhando significativo papel na queda da República de Weimar (em 1933), ascensão do nazismo e eclosão da 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Na contramão das negociações internacionais pela paz impostas pelos vencedores da 1ª Guerra, a Constituição de Weimar de 1919 foi consagrada como marco do movimento constitucionalista na garantia dos direitos sociais.

"Reorganizava o Estado em função da Sociedade e não mais do indivíduo", representando a ascensão do Estado Social e expando a crise do Estado Liberal que se arrastava desde os anos 1700.

Era avançada em direitos sociais de 2ª geração (relações de produção e de trabalho, educação, cultura, previdência) e imprimia um caráter democrático e liberal ao Império Alemão.

O *Kaiser* (Imperador) foi substituído pelo Presidente do Império, eleito pelo povo, que então nomeava o Chanceler do Império, que respondia ao *Reichstag* (Parlamento) e não mais ao Imperador.

Meses antes, porém... a Primeira Guerra terminou (11/11/1918) com a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria, Itália e outros) derrotada pela Tríplice Entente (França, Reino Unido, Rússia, EUA etc). Os alemães comunistas e social-democratas - revoltados com a Guerra, a crise econômica que se instalou depois e inspirados na Revolução Russa (1917) - se insurgiram contra o Império Alemão e até controlaram algumas regiões.

O imperador Guilherme II, percebendo que não se sustentaria no poder, abdica em 09 de novembro de 1918.

Na sequência, a Alemanha assina um armistício com a Tríplice Entente e o presidente do Partido Social-Democrata (Friedrich Ebert, citado na figura abaixo) se torna chanceler do Império Alemão, instalando um governo provisório. Após intensos debates, decidiu-se que a Alemanha seria social-democrata e convoca-se eleições para a instalação da Assembleia Constituinte em 19/01/1919. Decisões que levam à criação do Partido Comunista Alemão em dezembro de 1918 por Rosa Luxemburgo (1871-15/01/1919), assassinada dias depois durante manifestações contrárias ao governo em Berlim. A Assembleia Nacional Constituinte foi sediada em Weimar devido ao clima político instável em Berlim e presidida por Ebert. A Carta de Weimar foi alicerçada em autores do Direito Público, como Max Weber e Hans Kelsen, e também de intelectuais como Franz Kafka e Sigmund Freud. A Carta de Weimar e também a do [México](#), em 1917, inauguram uma nova era no constitucionalismo que influenciaria a construção de outras Cartas como a do Brasil em 1934. Entretanto, segundo alguns autores, o programa de direitos na Carta de Weimar não foi tornado exigível em juízo por ser amplo, não vinculante e de formulação que deixava brechas à sua concretização, propiciando o desrespeito às suas garantias.

Como algumas vezes se observa em textos constitucionais, a redação dúbia, pouco clara ou hermética de alguns artigos - bem intencionados, inclusive - termina por facilitar seu uso por mal-intencionados.

Sob Adolf Hitler, em 1933, a Alemanha suprimiu muitos direitos dando passagem à ditadura nazista ([veja](#), 2019).

Em sua curta vigência (1919-1931), a Carta de Weimar instaurou uma nova democracia e um programa social que visava ir além da Alemanha e do continente europeu. Entre seus dispositivos, constava o compromisso do Estado alemão em regular as relações dos trabalhadores com vistas à conquista de direitos sociais mínimos à classe trabalhadora da humanidade. Atraiu assim diversas críticas e debates públicos, influenciando até hoje as cartas constitucionais.



Tradução:

Em Schwarzburg, 11 de agosto de 1919, o chanceler Ebert promulgou a constituição do Império Alemão.

■ ■ ■

Referências:

- Gaze, R, Leão LHC, Vasconcellos LCF. *Organização Internacional do Trabalho: a saúde fora do lugar*. In: Vasconcellos LCF & Oliveira MHB (Org.). *Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011. 598p.

- Vasconcellos LCF, da Matta J, Bonfatti RJ. *As Cartas de Direitos*. Apontamentos de aula, 2011.

Nota: 1. A tradução do termo alemão Reich costuma ser império mas o mais correto seria reino ou comunidade.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical.

A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.